

POLÍTICAS PÚBLICAS AGRÁRIAS

“Melhorar de vida” é a expressão mais recorrente entre aqueles que saíram do Nordeste, seja naquelas décadas ou em décadas posteriores, até o presente momento.”

1

Marilda Aparecida Menezes possui graduação em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Fundação Santo André, Mestrado em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba, é PhD pela University of Manchester, Pós-Doutorada na Yale University no Agrarian Studies Programme, coordenado por James C. Scott (2004), e no Depto. de Antropologia da UNICAMP (2011). Atualmente é professora aposentada da Universidade Federal de Campina Grande – PB, Professora Visitante Nacional Senior (CAPES/PVNS) da Universidade Federal do ABC e Pesquisadora do CNPq, nível 1D.

Esta entrevista baseou-se no artigo **Estrutura Agrária e Trabalho na Região Nordeste**, do livro intitulado **Novos Rumos da Questão Agrária no Brasil**, produzido para a coletânea **Desigualdade Regional e as Políticas Públicas**, publicada pela Editora UFABC.

Marilda A. Menezes - A História do Brasil começa com uma grande concentração de terra, através do tripé da formação econômica e social do país, composto por latifúndio, trabalho escravo e monocultura, quase que exclusivamente para exportação.

No momento em que começaram as ações para eliminação do trabalho escravo, ao mesmo tempo houve a Lei de Terras, de 1850, que transformou a terra em mercadoria. Então o acesso à terra só seria possível mediante compra.

Não é à toa que a essa legislação emerge justamente nesse período, pois com o sistema

escravocrata caminhando para o fim, haveria uma massa de trabalhadores livres, que poderiam ter acesso à terra e se constituírem enquanto agricultores autônomos, camponeses.

Para ela, a Lei de Terras reforçou a estrutura do período colonial, caracterizada por alta concentração fundiária, e impediu o acesso daqueles que efetivamente trabalhavam na terra.

A partir de então, segundo Marilda, a estrutura de concentração se agravou, ainda que houvesse muitas lutas sociais, como movimentos messiânicos dos séculos XIX e XX, as ligas camponesas no nordeste, na década de 1950 e início dos anos 1960, que lutaram pelo direito a terra para aqueles que trabalham como agricultores, até movimentos recentes, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST), que levou um número de famílias a conseguirem sua propriedade.

Marilda destaca que mesmo com movimentos recentes não se alterou substancialmente a estrutura de concentração fundiária.

Temos uma condição de acesso à terra marcada pela concentração que varia de região para região e também varia dentro da própria Região Nordeste na qual devemos sempre diferenciar: Zona da mata, Agreste e as áreas do Semiárido que chamamos de Sertão. Ali há uma diferenciação em termos da concentração, da estrutura agrária, da estrutura fundiária.

Mas mesmo com essas variações em nível das regiões Brasil e a nível interno, regional ou no nível de cada estado substancialmente, nós temos um padrão de estrutura fundiária caracterizada pela alta concentração fundiária, ou seja, uma grande quantidade de terra nas mãos de poucos proprietários e uma infinidade de agricultores, um número muito grande de agricultores, com “muita pouca” terra.

Se você examinar as tabelas dos censos agropecuários de estrutura da distribuição fundiária você vai ver, por exemplo, milhares de hectares nas mãos de um número pequeno de proprietários e milhares de agricultores com uma pequena fração de terra.

Essa é a razão porque eu afirmei nesse artigo que nós ainda continuamos com uma estrutura muito concentrada da terra.

Nunca tivemos de fato uma reforma agrária, que alterasse a distribuição da terra no Brasil, ou seja, efetivamente a estrutura fundiária no Brasil. Houve muitas lutas e continuam muitas lutas sociais questionando essa estrutura fundiária, mas não temos uma alteração

significativa.

Com relação à pobreza rural ela está vinculada a estrutura fundiária concentrada, mas também se explica pela ausência de políticas públicas especialmente ligadas à educação no meio rural, às estradas de acesso, assistência médica, que tornam o meio rural.

Muitas vezes aqueles agricultores não têm condição de permanecerem já que boa parte desta região carece de infraestrutura, transporte para escoamento da produção, acesso às escolas, ausência de atividades de lazer, impossibilidade de emprego para geração de renda.

Por exemplo, uma família com pai e mãe, enquanto os filhos são pequenos, dependendo do tamanho da terra, consegue sobreviver e garantir as necessidades da família até certa fase dos filhos. Porém, quando começa atingir a juventude – 14 /15 anos – precisa de



Fonte: <http://www.amambainoticias.com.br>

renda, mas o desemprego é grande para gerar renda.

É um limite muito sério das condições de reprodução das famílias no meio rural. Por conta disso, há uma migração histórica, muito significativa, de homens e mulheres das diversas regiões dos

espaços rurais no Brasil, incidindo principalmente sobre os jovens, a partir dos 18 anos. Essa é uma realidade que estamos vivenciando fortemente nos dias atuais, principalmente nos jovens do meio rural.

A aposentadoria rural é uma das políticas públicas mais importantes para o meio rural, por que fornece uma fonte de renda segura e estável para agricultores que, desde criança, se dedicam ao trabalho agrícola.

Houve muitas mudanças significativas, e a aposentadoria rural é uma delas, mas precisamos ficar atentos às medidas, que estão em tramitação e discussão no Congresso Nacional para alteração da previdência e como ficarão as condições da aposentadoria dos

trabalhadores rurais, o que é uma grande conquista social e política.

Contemporâneos - *No último projeto eles [Base Governista] falaram que iriam excluir os agricultores da Reforma, certo?*

Marilda A. Menezes - Na verdade eu não acompanhei muito bem, ouvi mais a imprensa, eu não acompanhei a fundo o debate, mas pelo que ouvi tem ameaça muito séria em relação aos direitos dos trabalhadores rurais, à aposentadoria rural.

A ampliação da idade para aposentadoria já é uma retirada de direitos significativa, pois no meio rural – homens e mulheres – começam a trabalhar muito jovens, em geral aos 8/10 anos.

Com a legislação do combate ao trabalho infantil tudo isso está mais sob controle, porém, a criança que acompanha o pai no plantio e vai aprendendo aquela atividade agrícola, o trabalho é quase uma socialização para a vida. É diferente, pois teria outro sentido.

Com isso, a geração que está se aposentando e que começou a trabalhar muito jovem já tem uma vida de 50 anos de trabalho com certa exaustão física, por que o trabalho agrícola está sujeito a todas as mudanças climáticas: sol escaldante, chuva, e etc.

Com o desgaste físico muito prematuro, a aposentadoria nessa idade é mais do que justa dado ao início da carreira deles e dado a especificidade do trabalho que é árduo e que ocasiona o desgaste muito forte do seu corpo.

Outra razão é a fonte de renda fixa para essa população. Muitos continuam trabalhando, produzindo seus alimentos (pequena horta, criação de animais de pequeno porte, etc) efetivamente para o seu autoconsumo.

No entanto, a possibilidade de ter a renda monetária através da aposentadoria rural constitui um direito que altera substancialmente as condições sociais e também políticas desse trabalhador, já que é uma fonte de renda segura não só para eles nessa idade, mas é relevante para toda a família.

Fazendo pesquisa em várias regiões no estado da Paraíba eu observei o quanto essa renda da aposentadoria é importante, inclusive para os netos. Avós e avôs os ajudam no início da universidade pagando o alojamento. Mesmo que esses jovens consigam passar numa universidade pública, precisam um apoio mínimo para se manter.

Eu vi inúmeras situações em que os avós, com aposentadoria rural, eram o apoio principal em termos de ajuda para pagar moradia e alimentação.

Contemporâneos - *Uma inversão de papéis, pois os netos estão conseguindo uma condição melhor que os avós tiveram no início.*

Marilda A. Menezes - Você tocou num ponto importante que é, além desse suporte econômico, o lugar social que esses idosos passam a ocupar nas suas famílias e na sua comunidade.

Como você falou, “uma inversão social” por que sem a aposentadoria, uma renda própria, estável, eles estão numa situação de muita vulnerabilidade, por que já não têm a mesma energia para trabalhar, já não podem sair para trabalhar fora e complementar a renda do trabalho agrícola.

Eles estariam mais vulneráveis e dependentes dos filhos e netos, e isso tem uma interferência direta no seu próprio sentido de honra, de autonomia, de lugar na sociedade. A aposentadoria além de representar uma fonte de renda muito importante, também, estabelece um lugar de dignidade para esses idosos.

Contemporâneos - *Você falou que a falta de infraestrutura acaba obrigando aos jovens a saírem daquela região. Isso pode se tornar uma muleta, causada pelo próprio poder público, que sabe que, se não investir, vai acabar fazendo com que o jovem vá para o sul e sudeste?*

Marilda A. Menezes - Eu não acredito que seja uma muleta. Veja, no Rio Grande do Sul, há vários estudos que indicam pequenos municípios do interior onde se instalou a indústria e havia possibilidade de emprego – indústrias de calçados – você tem um fenômeno muito recorrente – homens e mulheres indo para estas indústrias, mas que continuam residindo no meio rural, ou seja, eles têm uma fonte de renda, mas não deixam de estar residindo com a sua família no meio rural.

Na verdade, muitos jovens gostariam de permanecer, mas eles são praticamente forçados a saírem para trabalhar ou estudar por que na sua própria localidade não há possibilidades

de continuar.

Quando eu fiz a pesquisa no Sertão da Paraíba, entre os jovens que vinham para o ABC paulista na década de 60/70 (a maioria jovem entre 18 a 26 anos do sertão da Paraíba, Agreste, da Zona da Mata e outros estados do Nordeste) eles falavam que foi um sofrimento virem. Diziam: “cheguei a uma situação que era ou viver nessa pobreza permanente sem ter perspectiva de futuro ou tentar a vida fora para melhorar de vida”.

Essa expressão ‘melhorar de vida’ é a expressão mais recorrente entre aqueles que saíram do Nordeste, seja naquelas décadas ou em décadas posteriores, até o presente momento. Embora não tenha sido uma migração forçada, em que eles não tivessem outra opção, como no caso de uma guerra, por violência ou por uma situação de catástrofe climática, mesmo aqueles que habitavam regiões castigadas por secas periódicas.

Não tinham outra opção a não ser sair para tentar uma vida melhor, e essa foi a estratégia usada por milhares de pessoas. Por exemplo, no caso da imigração do Nordeste para São Paulo, nós temos expressões desde a década de 30, mas o auge mesmo foi na década de 50 do século XX.

Uma das regiões que mais recebeu pessoas foi a do ABC paulista na década de 50/70, considerando que se tornou um polo industrial e que presenciou um “boom” industrial na década de 60 e que demandava muita mão de obra, muita força de trabalho e abria a possibilidade de ascensão profissional.

A indústria automobilística representava, a estes trabalhadores, espaços de inserção e ascensão no trabalho, e foi isso o que aconteceu com vários trabalhadores que vieram da região Nordeste para o setor metalúrgico no ABC paulista.

Eles entravam iletrados ou com uma qualificação, na época, ensino primário, às vezes sabendo ler e escrever, mas a grande maioria com o ensino muito elementar. Embora isso não fosse uma restrição para entrar na indústria, naquela época. Eles entravam como ajudantes e na própria empresa iam aprendendo outras funções, se tornando eletricitista torneiro mecânico e demais profissões mais qualificadas, por meio do próprio aprendizado prático dentro da empresa.

Isso permitiu que muitos trabalhadores ascendessem a uma mobilidade na carreira profissional dentro das próprias indústrias. Depois da década de 70 se tornou ainda mais difícil essa profissionalização, que passou a ocorrer muito mais nas escolas técnicas, como Senai, e hoje não há essa possibilidade, sendo que todas as funções mais

qualificadas dentro da indústria são possibilitadas pela formação escolar técnica.

Contemporâneos - *Virou um pré-requisito já saber e não aprender lá dentro, não é?!*

Marilda A. Menezes – É. O trabalhador precisa ter essa formação das escolas técnicas. Essa mudança aconteceu no momento de formação do mercado de trabalho e que abriu uma possibilidade importante para esses trabalhadores rurais que vieram da região Nordeste.

Contemporâneos - *E como o poder público pode fomentar a indústria no sertão do Nordeste? É preciso ter um atrativo bom para que a empresa queira se instalar lá, certo?*

Marilda A. Menezes - Tudo isso depende de políticas públicas. Há um movimento recente de desconcentração industrial em direção à região Nordeste. Até onde vai o meu conhecimento, entorno das capitais, por exemplo, em Pernambuco, houve uma expansão da indústria automobilística na chamada Zona da Mata Norte, que fica entre Pernambuco e Paraíba (Jeep e Fiat). A própria expansão do Porto de Suape, na região de Recife, já representa uma expressão dessa desconcentração industrial.

Então, se cria outros polos industriais entorno da grande região metropolitana do Nordeste.

No caso dos pequenos municípios do interior do Nordeste há muitas possibilidades de desenvolvimento local. Isso é uma discussão em curso via próprio desenvolvimento da agricultura baseada mais na produção de alimentos, de gado, combinada com pequenas indústrias de transformação.

Há muitas possibilidades, mas elas todas dependem de políticas públicas, e o modelo que nós temos de desenvolvimento, pelo menos o vigente até agora, é muito mais concentrado no desenvolvimento de grandes projetos vinculados ao desenvolvimento rural ou concentrações industriais.

Mesmo com uma série de políticas públicas em termos das economias solidárias, apoio às pequenas iniciativas, de formação de renda e etc., não há uma concentração forte, pois são políticas pontuais resultantes das experiências de organizações dos grupos locais, de modo que não chega a constituir uma mudança radical em termos de desenvolvimento

local em pequenos municípios.

Há muitas experiências de desenvolvimento dos pequenos municípios. Se nós tivéssemos outros modelos de desenvolvimento rural/urbano, industrial/agrícola no Brasil, mas o que nós temos visto são essas concentrações mais voltadas às indústrias e ao desenvolvimento de grandes projetos relativos às grandes plantações de soja, cana de açúcar, que são vinculados ao agronegócio.

Existe uma riqueza enorme nos pequenos municípios da região Nordeste em termos das experiências vinculadas às organizações sociais, de agricultura agroecológicas, o que tem permitido algumas famílias de agricultores a continuarem no meio rural, e inserirem os jovens no meio do trabalho para atuarem numa relação de venda com os mercados locais.

Uma das políticas públicas interessantes é o Programa de Aquisição de Alimentos (PA). Este programa, embora consiga atingir apenas uma proporção pequena de agricultores, foi muito interessante, pois envolve projetos agrícolas.

Por exemplo, um grupo de agricultores têm assegurado, por essa política pública, cerca de R\$6.000,00/ano para fornecimento de alimentos.

Parece pouco, porém, R\$6.000,00 daria uma média de R\$500,00 por mês e eles forneceriam alimentos para abastecer creche, escola etc. Seria uma associação de políticas públicas: o Programa de Aquisição de Alimentos (PA), e o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PNAE).

Esses produtos que vêm dos agricultores familiares são vendidos para prefeituras ou outros órgãos municipais e são consumidos em asilos, escolas e outras entidades, diretamente dos agricultores.

Portanto, é uma fonte de renda para os agricultores, e essas instituições que prestam serviços às crianças e idosos recebem alimento de qualidade e agroecológicos.

Eu estava dizendo que há uma ausência de políticas públicas, mas no Governo Lula e no Governo Dilma houve algumas políticas que de fato foram muito importantes para alterar esse ciclo de dificuldade dos agricultores e famílias camponesas na região Nordeste.

Com restrições, às vezes reduzindo a quantidade de agricultores, diminuindo o número de recursos alocados a essas políticas, mas o importante seria ela se ampliar para o maior número de agricultores, o que representaria, de fato, uma entrada de recursos,

estabilizando um direcionamento comercial, de vendas dos produtos. Do ponto de vista do consumidor, o acesso ao consumo de produtos seria de qualidade e cultivados sem agrotóxicos.

Mesmo sendo restrita, não deixa de ser uma política pública muito importante que precisa ser ampliada em termos de recursos, números de famílias atingidas, etc.

Contemporâneos - *Enquanto as políticas públicas de fomentação de emprego naquela região não se tornarem abrangentes, as políticas públicas assistências, como o Bolsa família, são imprescindíveis para manutenção?*

Marilda A. Menezes - Sem dúvida. Eu já falei da aposentadoria rural, que é importantíssima, desses programas recentes como o PNAE e o Bolsa-Família.

Eu não tenho os dados, mas o Bolsa família é extremamente relevante. É pouco em relação monetária, mas substancial como fonte renda para famílias pobres, não só do meio rural como do meio urbano.

A média é de R\$100,00-R\$120,00, dependendo do número de crianças, mas muitas vezes é o único recurso monetário que a família tem na mão e é com esse recurso monetário que ela compra leite às crianças, um remédio, roupas, calçados, e até gás de cozinha (já que o Bolsa-Família agregou o subsídio que havia para o gás).

Esse programa de transferência de renda deveria ser ampliado e com um valor maior, mas já é uma política pública importante que esperamos que não seja alterada.

Contemporâneos - *E iria alcançar dois aspectos: o financeiro e o educacional, porque você garante que a criança esteja na escola para família continuar recebendo.*

Marilda A. Menezes - Na verdade, foi uma forma de estimular a frequência das crianças na escola, mas é uma forma que deixa a desejar porque ela não vem acompanhada de uma melhoria da própria escola e do salário dos próprios professores.

Então, você não tem como estimular essas crianças, incentivar o interesse delas pela escola apenas de um modo forçado, de uma política pública governamental que associe o acesso a essa renda à frequência na escola.

Não significa necessariamente que isso tenha uma repercussão em termos do sucesso

escolar. Ela pode até ter uma repercussão no nível da frequência escolar já que há um controle se as crianças estão indo efetivamente para escola.

Em termos do sucesso escolar (diminuição da evasão escolar, se de fato essas crianças estão aprendendo, se está cumprindo com requisitos de aprendizagem a cada ano escolar, se elas vão continuar a formação escolar até o ensino médio), isso essa política não garante, pois não foi acompanhada de uma melhoria, de uma série de itens que são necessários para melhorar toda a estrutura educacional, que começa do salário dos professores, até a infraestrutura das próprias escolas, os equipamentos e o método pedagógico.

Não é minha especialidade, não sou da área de Educação Escolar, mas vou te dar um dado que eu levantei com base no censo demográfico de 2010 a partir de uma pesquisa que fizemos com jovens migrantes do sertão da Paraíba que vinham cortar cana em São Paulo.

Entre esses jovens - homens - nós tínhamos uma média de 80% que só havia completado o ensino fundamental, não chegando ao ensino médio. Até o momento, temos uma realidade que é a defasagem entre a idade e ano escolar.

A situação é a seguinte: eles chegam aos 16/17 anos e ainda estão na sétima série do ensino fundamental. Com 18 anos é o limite, os meninos precisam ir trabalhar e é praticamente a fase fronteira que você fica ou vai para trabalhar fora e isso esbarra com a própria defasagem do ano escolar.

Com 18 anos você deveria estar terminando o ensino médio, mas, por conta dessa defasagem entre o ano escolar e a idade, eles estão terminando o ensino fundamental.

Na pesquisa que fizemos, 85% dos jovens só tinham completado o ensino fundamental e os que estavam cursando o ensino médio eram cerca de 10%-12%, e mesmo assim tiveram que desistir/abandonar a escola para virem trabalhar em São Paulo no corte de cana.

Muitos ainda tentaram continuar o ensino médio aqui em SP, mas foram vencidos pelo cansaço, pelas condições físicas de cursar a escola à noite, por que cortando cinco toneladas de cana durante o dia, acordando às 5 horas da manhã, voltando às 5-6 horas da tarde, que condições esses trabalhadores possuíam para permanecer acordados e com energia para frequentar a escola no período noturno? Eu entrevistei alguns que tentaram, mas que foram vencidos pelo esgotamento físico, causado pela exaustão do trabalho. Essa é a realidade da educação rural.

Claro que o Bolsa-Família não deixa de ser interessante, mas precisaria muito mais para de fato alterar substancialmente o sucesso da educação desses jovens no meio rural.

Contemporâneos - *Voltando à questão da distribuição de terras, os movimentos sociais, como o MTST, têm a mesma força nessas regiões do Nordeste que eles têm no sudeste? Por exemplo, para conquistar um espaço, a ocupação de São Bernardo (Povo Sem Medo) acabou conseguindo um terreno para construção de moradias, não necessariamente para aquelas famílias, mas acabou conseguindo. Eu não sei se não chega até a gente, mas não vemos essas ocupações no Nordeste pela mídia. Elas acontecem também?*

Marilda A. Menezes - Eu não tenho muitos elementos para te falar por que eu não acompanho essas ocupações do MTST. Acredito que exista muito sim, porque é um movimento espalhado pelo Brasil, mais nas regiões metropolitanas. Nas cidades do interior acho que não.

No interior, o que é mais expressivo são as ocupações por terra, mas acredito que nas regiões metropolitanas - Salvador, Recife - são importantes por que a questão da concentração fundiária, o valor da terra como barreiras ao acesso à terra, também está presente no meio urbano impedindo a moradia digna das pessoas.

Não é só um problema da região do Sul/Sudeste, mas é também um problema central das regiões metropolitanas do Nordeste. Embora eu não esteja acompanhando, eu acredito que o MTST esteja bem ativo nas metrópoles das regiões do Nordeste.

Contemporâneos - *Nas regiões urbanas as ocupações são em busca de moradias? E nas rurais em busca da terra?*

Marilda A. Menezes - Sim, são os movimentos sem terra, os sindicatos rurais envolvidos, há várias organizações envolvidas pela luta da terra no meio rural, como a Comissão Pastoral ligada à igreja católica, por exemplo.

Contemporâneos - *No ano de 2017, NENHUMA família foi assentada, com base na Reforma Agrária de 1993, devido a entrave legal do Tribunal de Contas da União (TCU) que paralisou o cadastramento de novas famílias para assentamento enquanto estivessem*

em andamento investigações sobre supostas irregularidades nas admissões. Entretanto, o número de assentamentos já vinha demonstrando quedas consideráveis desde 2006, ano em que houve recorde de famílias atendidas. Em 2015, o número de famílias atendidas pelo governo federal chegou a apenas 20% do percentual atingido em 2006. Quão importante é a política de assentamentos, e como essa queda pode ser interpretada, haja vista que em quase 15 anos apenas um partido esteve no comando?

Marilda A. Menezes - Então, isso é um dado real e meio preocupante já que havia uma grande expectativa que os números de desapropriações e novos assentamentos cresceriam no Governo Lula e Dilma.

Na verdade, podemos até fazer certa crítica ao Governo Lula, que não viabilizou novas desapropriações e criações de novos assentamentos. Alguns justificam que houve um novo redirecionamento de políticas públicas, houve um foco maior para criar políticas públicas para quem já estava assentado permanecer nos assentamentos.

Todas essas políticas que eu mencionei como o PA, o PNAE, a própria garantia Safra, o PRONAF – Programa de Apoio à Agricultura Familiar, que também envolveu assentados, a ampliação dos recursos para o PRONAF, enfim, basicamente essas políticas públicas.

Existem pessoas dos próprios movimentos sociais que tentam justificar esse recuo, não necessariamente um recuo, mas mais como uma concentração de criar políticas públicas no sentido de melhorar as condições para que essas populações permanecessem nos lotes. Mesmo que isso seja verdade, não deixa de ser preocupante e merece crítica o fato de não termos avançados nos números de desapropriações e a possibilidade de um número maior de pessoas assentadas.

De certo modo, houve um recuo dos movimentos sociais no Governo Lula. O próprio MST era um movimento que compunha como aliado ao PT. Várias dessas lideranças foram para os ministérios, ocuparam cargos, e acho que de certo modo foi uma composição de aliança e houve certo recuo das ações de ocupações e de pressão por desapropriação. Isso também é uma causa por que não houve tantas desapropriações, mas novamente eu reafirmo que é preocupante e merece certa crítica.

Acho que o Governo Lula e o Governo Dilma deveriam e poderiam ter avançado muito mais nos números em termos de apropriação e aumento de famílias assentadas.

Contemporâneos - A população indígena fica de fora dessas políticas públicas já que não consegue eleger um representante legítimo que levante a bandeira deles e leve isso para o cenário nacional. Então eles ficam à mercê de alguém que olhe para eles, mesmo que não seja oriunda do ambiente deles, mas que acaba os defendendo. Eles ficam vulneráveis a qualquer ação que pode partir do poder público, como, por exemplo, demarcação de terras.

Tivemos a desoneração do presidente da FUNAI e eles falaram que isso foi uma pressão da bancada ruralista. Como fazer com que eles tenham uma política que independa do governo que esteja no poder?

13

Marilda A. Menezes - Então, o movimento indígena eu não tenho tanta familiaridade. Eles não estão à mercê totalmente das políticas do governo. Na verdade, existem inúmeros movimentos indígenas apoiados por várias organizações, inclusive por muitos pesquisadores.

Como eu nunca acompanhei um movimento indígena eu não tenho muitos elementos para falar, mas os próprios direitos das comunidades indígenas e das comunidades quilombolas garantidos na Constituição de 88 abriram diversas possibilidades de conquistas das terras que são, de fato, desde sempre dos índios.

Ocorreram muitas conquistas, que não foram uma dádiva da lei e nenhuma dádiva do governo, mas que foram conquistados com muita resistência, organização, luta e persistência das comunidades indígenas, apoiadas por diversas organizações, inclusive por acadêmicos.

Um instrumento que foi muito interessante no acesso à terra nos territórios indígenas são os laudos antropológicos que são feitos pelos antropólogos e que fazem todo o levantamento dos estudos de histórico de ocupação, número de famílias, os modos de vida daquela comunidade indígena. Os antropólogos têm sido parceiros políticos importantes pois os laudos são decisivos.

O laudo é que vai dar um diagnóstico do tamanho da terra que essa comunidade precisa. Diferentemente dos assentamentos, as comunidades indígenas têm um modo de vida em que o tamanho maior da terra é constituinte da sua forma de vida, do seu modo de vida, porque tem as florestas, tem os animais, tem o próprio sistema de cultivo que exige alternância de culturas.

Então, os laudos antropológicos têm sido uma peça fundamental, e o papel do antropólogo é muito importante em definir as extensões e as condições necessárias de restituições dos territórios indígenas para essas comunidades.